

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.817 - GO (2019/0259474-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **NORIVAL BORGES COSTA**  
**AGRAVANTE** : **NATALIA INACIO FERREIRA BORGES**  
**AGRAVANTE** : **JORDANA INACIO FERREIRA BORGES**  
**ADVOGADOS** : **ROBERTO BORGES ARANTES - GO027540**  
 : **LEANDRO BORGES ARANTES - GO033850**  
**AGRAVADO** : **BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**  
**ADVOGADOS** : **CELSO GONÇALVES BENJAMIN - GO003411**  
 : **SANDRA MARCELINO DA SILVA - GO013723**  
 : **LETICIA ALMEIDA FERREIRA - GO047308**

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MARCO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. REAPRESENTAÇÃO DO PEDIDO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA QUE SE OPERA MESMO EM RELAÇÃO A QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Norival Borges Costa e outras, desafiando decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, manejado, por seu turno, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Goiás assim ementado (e-STJ, fl. 701):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CORREÇÃO MONETÁRIA. MARCO INICIAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECLUSÃO.

1. A decisão agravada não encerrou o processo executivo, não se tratando, por óbvio, de sentença, mas de decisão interlocutória, sendo impugnada via agravo de instrumento, nos termos do artigo 1.015, parágrafo único do CPC.
2. A questão do marco inicial para incidência da correção monetária foi objeto de ação de embargos à execução (201602739913), descabendo a alteração posterior dos critérios fixados em sentença transitada em julgado.
3. Não se permite a rediscussão de questão já decidida em sentença transitada em julgado, ainda que se trate de matéria de ordem pública (critérios de incidência da correção monetária) por acarretar ofensa à coisa julgada e à segurança jurídica dos provimentos jurisdicionais.

# Superior Tribunal de Justiça

Precedentes do STJ.

## 4. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, os insurgentes alegaram ofensa ao art. 494 do CPC/2015, além da existência de divergência jurisprudencial.

Sustentaram a necessidade de "retificação e atualização dos cálculos, uma vez que a incidência de correção monetária a partir da contratação da apólice não foi objeto de discussão nos mesmos. Consequentemente, não há que se falar em preclusão consumativa" (e-STJ, fl. 715).

Contrarrazões apresentadas às fls. 726-738 (e-STJ).

O apelo especial não foi admitido na origem, o que ensejou a interposição do presente agravo.

Brevemente relatado, decido.

Consta do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 697-699, sem grifo no original):

Com efeito, a jurisprudência tem entendido que nas ações de cobrança de indenização securitária, por se tratar de descumprimento de obrigação contratual, os juros de mora são devidos a partir da citação e a correção monetária deve incidir desde a data da contratação, tratando-se de matéria pública reconhecida, inclusive, de ofício.

No entanto, embora a matéria suscitada no presente recurso configure de ordem pública, o entendimento jurisprudencial pátrio é no sentido de que, mesmo as questões de ordem pública, quando analisadas e decididas no curso da lide, não serão novamente apreciadas, por terem sido acobertadas pelo manto da preclusão.

(...)

No caso dos autos, os agravantes ingressaram com a execução visando o recebimento da indenização securitária garantida pelas apólices 2650 e 2503, requerendo a incidência da correção monetária a partir do evento danoso.

A questão do marco inicial para incidência da correção monetária foi objeto dos embargos à execução manejados pela seguradora executada (201602739913), pugnando pela incidência a partir da propositura da ação.

Ao julgar os embargos à execução, o juiz singular decidiu a questão, independente de qual tese foi adotada, determinando que o capital segurado deverá ser corrigido a partir da data do evento danoso (17/05/2014).

Portanto, considerando que **a matéria acerca do marco inicial da incidência da correção monetária já foi analisada pelo magistrado singular ao julgar os embargos à execução, forçoso**

**reconhecer a ocorrência da preclusão consumativa acerca da matéria.**

O fato de ser a matéria de ordem pública, que autorizaria a análise em qualquer tempo e grau de jurisdição, não significa que possa ser rediscutida repetida e indefinidamente dentro da mesma relação processual, sob pena de imolação ao princípio da segurança jurídica.

Nesse enredo, não apenas a preclusão se abate sobre a questão, mas, por igual, a coisa julgada dentro do processo, na medida que não há nos autos notícia de interposição de recurso oportuno pela parte interessada contra a sentença que delimitou a correção monetária ao evento danoso, tornando-se impossível rediscuti-la (marco inicial da incidência da correção monetária) em sede de agravo de instrumento de decisão que indeferiu a rediscussão da matéria.

Como não houve interposição de recurso contra decisão que determinou o marco inicial da incidência da correção monetária no momento oportuno, ainda que se trate de matéria de ordem pública, não há como afastar a conclusão do Tribunal de origem de que teria ficado configurada a preclusão dessa questão.

Na linha de sedimentada jurisprudência desta Corte, “ainda que se trate de matéria de ordem pública, tal fato não tem o condão de afastar a preclusão, **quando a questão foi anteriormente decidida**” (AgInt no AREsp n. 697.155/RJ, Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, DJe 12/12/2018).

Nesse sentido (sem grifo no original):

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTEMPESTIVOS. NÃO INTERRUÇÃO DO PRAZO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ANTERIOR JULGAMENTO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. SÚMULA N. 83/STJ.

**1. Ocorre a preclusão consumativa mesmo quanto a matéria de ordem pública que tenha sido objeto de anterior julgamento sem impugnação da parte.**

2. A oposição dos embargos de declaração intempestivos não interrompe o prazo para interposição de outros recursos.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp n. 1.331.805/SP, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, DJe 12/12/2014)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. NÃO

# Superior Tribunal de Justiça

## PROVIMENTO.

1. "Consoante jurisprudência desta Corte, **ainda que a questão seja de ordem pública, há preclusão consumativa se esta tiver sido objeto de decisão anterior definitivamente julgada**" (AgRg no AREsp 264.238/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 18/12/2015).
2. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.
3. Agravo regimental a que se nega provimento.  
(AgRg no AREsp n. 650.737/RJ, Relatora a Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 4/3/2016)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA PRECLUSA. PRONUNCIAMENTO JUDICIAL ANTERIOR. SEGUNDA APELAÇÃO. REDISCUSSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. A controvérsia consiste em definir a ocorrência, ou não, de preclusão consumativa no tocante ao prazo prescricional.
2. As matérias de ordem pública, tais como prescrição e decadência, podem ser apreciadas a qualquer tempo nas instâncias ordinárias. Todavia, **existindo decisão anterior, opera-se a preclusão consumativa se não houver impugnação no momento processual oportuno.**
3. Agravo interno não provido.  
(AgInt no REsp n. 1.447.224/MG, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 26/2/2018)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. FAMÍLIA. DIVÓRCIO. PARTILHA. JUÍZO COMPETENTE. QUESTÃO DECIDIDA EM EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA TRANSITADA EM JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE NOVO EXAME DA MATÉRIA PELO MESMO JUIZ. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.

[...]

2. Na linha da jurisprudência desta eg. Corte Superior, **ainda que a matéria seja de ordem pública, as questões sobre as quais se operou a preclusão não podem ser decididas no mesmo processo.** Precedentes.
3. Agravo interno não provido, com imposição de multa.  
(AgInt nos EDcl no REsp n. 1.462.772/PB, Relator o Ministro Moura Ribeiro, DJe 29/8/2018)

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso

# *Superior Tribunal de Justiça*

especial.

Publique-se.

Brasília, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

